

O USO DAS MÍDIAS ENQUANTO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO COMBATE AO RACISMO EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MACAPÁ

REIS, Minelva Medeiros dos¹
FOSTER, Eugênia da Luz Silva²

RESUMO

No artigo intitulado “Mídias na escola: recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo em escolas da rede municipal de ensino de Macapá”, apresenta-se o resultado de um projeto cujo objetivo foi analisar as possibilidades de uso das diversas mídias na prevenção e no combate ao racismo. O problema que norteou a pesquisa relaciona-se à compreensão da importância que as mídias, quando utilizadas na escola como recursos pedagógicos, têm e podem ter na manutenção e/ou superação do racismo. Para o estudo utilizou-se dois tipos de pesquisa: a bibliográfica e a de campo, sendo a segunda realizada junto a professores que atuam nos 4º e 5º anos de uma escola da rede municipal de ensino de Macapá. A metodologia utilizada foi a colaborativa e reflexiva proposta por Magalhães; Liberali (2011), sendo o estudo dividido em dois momentos: no primeiro ouviu-se a opinião dos professores sobre a proposta de uso das mídias na prevenção e combate ao racismo e, no segundo, houve a socialização e construção do conhecimento. Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, já que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, a partir da própria realidade, foi possível construir-se novos conhecimentos. Os resultados demonstram que, apesar do desconhecimento de alguns dos sujeitos que participaram da pesquisa sobre o uso das mídias na educação, elas constituem-se como poderosos recursos pedagógicos a serem utilizados na efetivação da Lei 10.639/03, se trabalhados em uma perspectiva de perceber os aspectos sutis por onde o racismo vai sendo reproduzido e superado.

PALAVRAS CHAVE: LEI 10639/03. MÍDIAS. RACISMO. EDUCAÇÃO.

A questão racial na escola brasileira é sutil e complexa. Mas na realidade amazônica parece mais sutil e complexa ainda. Por isso mesmo, o racismo não se apresenta somente em uma dimensão. Ele envolve uma interdependência de fatores que, juntos, dão-lhe a face que o caracteriza.

Eugênia da Luz Silva Foster

INTRODUÇÃO

O uso das mais diferenciadas mídias é uma ação cotidiana na vida das pessoas. Com elas o homem tem a oportunidade de conectar-se em tempo real, interagir e manter-se informado, dentre muitas outras ações. Mas são as mesmas tecnologias que incluem que

1 Graduada em Letras – FAMA, 2007. Especialista em Mídias na Educação – UNIFAP, 2010. Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa e Estrangeira – IBPEX, 2011. Especialista em Supervisão e Formação de Professores – Conhecimento e Ciência, 2014. Pós graduanda em Políticas Educacionais – UNIFAP, 2016. Professora da rede municipal de ensino de Macapá. Email: minelva.reis@uol.com.br

2 Professora do Departamento de Educação da UNIFAP. Doutora em Educação pela UFF/Niterói –RJ. Pós-doutorado pela UERJ-RJ. Email: daluzeugenia6@gmail.com.

também excluem, quando, por exemplo, lançam padrões de perfeição de corpo, de raça e até valores. Nesse contexto encontra-se o negro, que sempre foi apresentado como inferior ao branco, exercendo papéis subalternos e sendo marginalizado pelas mídias, como se observa comumente nos inúmeros casos de violência e agressões contra a população negra, tanto em nível local quanto nacional.

A partir da conjuntura em que o negro encontra-se exposto, atitudes racistas e preconceituosas, às reivindicações e pressões do movimento negro pela definição de políticas públicas de combate ao racismo, o Ministério da Educação, no ano de 2003, elaborou a Lei 10.639, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". No entanto, no Amapá, assim como nas demais Unidades da Federação, a referida Lei enfrenta sérios problemas para ser efetivada, devido a fatores que vão desde a indisponibilidade de recursos pedagógicos às escolas, até o desconhecimento por parte da comunidade escolar, sobre manifestações de racismo e preconceito, conforme comprovado por Foster; Videira e Custódio (2015); Foster (2015); Silva (2016) e Sousa (2014), quando ao desenvolver pesquisa sobre o assunto, ouviram profissionais da educação no estado, que afirmaram ter dificuldade para identificar atitudes racistas entre alunos e até mesmo, colegas de trabalho e comunidade escolar.

Uma vez detectado esse problema, apresenta-se com esse artigo, os resultados do projeto “Mídias na escola: recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo em escolas da rede municipal de ensino de Macapá”, cujo objetivo foi analisar as possibilidades de uso das diversas mídias na prevenção e no combate ao racismo em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá, com professores que atendem alunos de 1º ao 5º anos.

No estudo foram utilizados dois tipos de pesquisa, bibliográfica e de campo. Com a primeira embasou-se teoricamente o estudo, a segunda, por sua vez, foi desenvolvida a partir da metodologia colaborativa e reflexiva proposta por Magalhães; Liberali (2011), o que exigiu que o estudo fosse dividido em dois momentos. No primeiro investigou-se a concepção dos educadores sobre o uso das mídias na efetivação da lei em questão, bem como as possibilidades de uso pedagógico desses recursos no tratamento da temática em discussão.

Em seguida, a partir das análises, delimitou-se momentos de estudos, a partir dos quais buscou-se a construção do conhecimento em grupos formados pelos professores envolvidos, que discutiram entre si, possibilidades de uso das mídias enquanto recursos pedagógicos no ensino de conteúdos étnicos raciais. Devido a essa abordagem, a pesquisa caracteriza-se como

qualitativa, tendo em vista que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, a partir da própria realidade, construiu-se novos conhecimentos.

O trabalho encontra-se dividido em três seções principais, sendo que, na primeira, denominada de “As dificuldades para a efetivação da lei 10639/03 no contexto escolar amapaense: perspectivas teórico-metodológicas”, os estudos foram pautados em pesquisas realizadas por Foster; Videira e Custódio (2015); Foster (2015); Silva (2016) e Sousa (2013), entre outros que abordam o assunto. Na segunda seção intitulada “Possibilidades de uso das mídias enquanto recurso pedagógico no processo de prevenção e combate ao racismo na escola: revisitando a teoria”, discorreu-se sobre o assunto utilizando-se os pressupostos de autores como: Moretto, (2009), Borges e Borges (2012), Alakija (2012) e Kenski, (2007).

Por fim, na terceira seção, apresenta-se a metodologia de trabalho na qual se detalha os momentos de estudo e socialização de conhecimentos, assim como, faz-se a análise dos dados. Os resultados demonstram que, apesar do desconhecimento de alguns dos sujeitos da pesquisa sobre o uso das mídias na educação, elas constituem-se como poderosos recursos pedagógicos a serem utilizados na efetivação da Lei 10.639/03. Espera-se que o estudo apresentado possa contribuir para que os professores trabalhem de forma mais efetiva e significativa, assuntos inerentes às questões étnico-racial nas escolas, e que suas ações sejam refletidas socialmente, assegurando que atitudes racistas e preconceituosas sejam ocorrências do passado, e que a segregação e diminuição do outro, sejam substituídas pelo respeito e valorização, já que no mundo em que se vive, atitudes racistas e preconceituosas não são concebidas, admitidas e nem toleradas.

1 AS DIFICULDADES PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI 10639/03 NO CONTEXTO ESCOLAR AMAPAENSE: perspectivas teórico-metodológicas

No Amapá, a Lei 10.639³ encontra dificuldades para ser efetivada, tais como as referendadas por Silva (2016), de que o profissional em muitos momentos não age; prefere ignorar a situação. Ou por Cavalleiro (2001) que considera haver uma banalização da discriminação racial por muitos profissionais da educação e Santos (2008) que no seu ponto de vista, defende que, se o currículo escolar não for modificado não haverá mudanças na qualidade das políticas étnico raciais.

³ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Isso é preocupante, pois, sabe-se que foi delimitado o ano de 2010 para que as escolas contemplassem e efetivassem a cultura afrodescendente e quilombola nos currículos e atividades realizadas em sala de aula. Porém, considerando-se que as ações observadas nas escolas não atendem efetivamente a letra da lei, infere-se que o objetivo não foi atingido, o que consequentemente leva a compreensão de que a política de inclusão racial não está contribuindo para a prevenção e combate às diversas manifestações de preconceito e racismo ainda impregnados na sociedade e refletindo-se até mesmo em atitudes de professores, quando deixam de trabalhar, por exemplo, aspectos da religiosidade negra, quando ornamentam a sala de aula com figuras de crianças com características europeias, dentre outros aspectos observados em sala de aula cotidianamente.

Pode-se então afirmar que as dificuldades para a efetivação da lei 10.639 no Amapá, vão desde a intolerância de professores, principalmente no que tange a religiosidade, até a falta de conhecimentos que eles têm, para identificar mecanismos de reprodução de práticas racistas no contexto escolar, conforme comprovado em pesquisa realizada por Foster; Videira e Custódio (2015) cujo resultado comprova que há também dificuldade do professor para levar à sua práxis docente, conteúdos concernentes à história da África, dos afro-brasileiros e dos afro-amapaenses.

Além disso, há também o material didático disponibilizado às escolas, que de acordo com Foster; Videira e Custódio (2015), apresenta limitações na compreensão da gênese do racismo, configurações e ambiguidades observadas no contexto brasileiro, bem como seus desdobramentos no campo educacional.

Essas são situações que promovem preocupações no que tange a efetivação da lei, porque sabe-se que é exatamente a falta de ações efetivas por parte das escolas e da sociedade como um todo, que faz com que manifestações racistas e preconceituosas, pareçam normais e ainda.

A ausência de atitude por parte dos professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores (as). Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conveniência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. (CAVALLEIRO, 2001, p.146).

Infelizmente as situações referendadas refletem-se de modo marcante na sociedade, seja em forma de piadas, brincadeiras, ou quando o agressor deixa transparecer a invisibilidade do outro, minimizando-o frente aos demais. Situações que marcam de forma decisiva as ações futuras do discriminado que, inconscientemente deixa-se influenciar pelas atitudes dos outros, chegando muitas vezes a considerar-se realmente inferior.

Tal comportamento decorre tanto do histórico do tratamento dispensado ao longo dos tempos pela sociedade à população negra, quanto pelas vivências e grupos sociais nos quais o indivíduo encontra-se inserido. Dentre eles sobressai-se a escola, que deveria ser a principal instituição a combater o racismo e o preconceito impregnados na sociedade, mas que, conforme argumentado por Foster (2015, p.29) esquecemos de analisar o quanto a escola “contribui para o fracasso dessas crianças, os mecanismos sutis ou explícitos de discriminação presentes no seu cotidiano e que, muitas vezes, levam a repetências sucessivas e, conseqüentemente, à desistência”.

Deve-se considerar ainda, o exposto por Sousa (2014), quando afirma que os alunos afrodescendentes dispõem de pouca influência política e importância ideológica, aliado a complexidade do mito da democracia racial, o que de certa forma inviabiliza debates de inclusão, reparação e ou fortalecimento identitário. Logo, conforme argumentado pelo autor, a escola enquanto instituição formadora, tem enormes desvantagens de construção do currículo, pois não consegue romper as barreiras de uma história de racismo e preconceito, que encontra-se arraigada na sociedade, principalmente no que concerne ao aspecto religioso.

É sabido que a recuperação da identidade negra, conforme referendado por Munanga (2006) começa pela aceitação por parte do próprio indivíduo, dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os campos culturais, mentais, morais, psicológicos. Isso porque, de acordo com o autor, o corpo constitui-se como detentor material de todos os aspectos identitários, porém, a inferioridade do negro é uma construção social específica, pautada no preconceito racial e em séculos de exploração de grupos étnicos distintos que comungavam da mesma cor de pele.

São os resquícios desse histórico de discriminação, que dificultam os trabalhos na escola e que levam a afirmação de Silva (2016), de que o profissional em muitos momentos não age; ele prefere ignorar a situação, pois isso pode ser a melhor saída, tendo em vista que não tem argumentos que elucide os diferentes valores das etnias raciais.

Sousa (2014) desenvolveu pesquisa em escolas da rede pública de Macapá sobre a efetivação da Lei 10.639/03 e confirma que no dia a dia das escolas, o aluno afrodescendente é discriminado tanto direta quanto indiretamente, seja por suas ideias, gestos, modo, falas e até mesmo atitudes, muitas vezes ocorridas antes dele se manifestar. Por esses motivos, o autor considera ser necessário que se desenvolva no contexto escolar, uma educação étnica racial e cultural voltada para o crescimento dos alunos, para que se tornem adultos conscientes, éticos, sem preconceitos e discriminação.

Ramos e Filho (2012) sugerem que, para se construir uma concepção de ensino de qualidade em relação as políticas étnico raciais, é necessário que haja mudanças nos objetivos

da escola, de modo que ela seja favorável e acessível às classes menos favorecidas com a mesma qualidade e sem diferenças.

Nesse sentido, pode-se considerar o exposto por Ramos e Filho (2012), quando afirmam que o currículo escolar deve ser o ponto de partida para se alcançar mudanças no que se refere às culturas afrodescendentes. Além disso, é preciso que todo profissional da educação disponha-se a estudar para que possa trabalhar os conteúdos étnicos raciais partindo da diversidade existente no país e regiões, pois em decorrência dos distintos grupos culturais africanos presentes na sociedade brasileira apresenta-se também inúmeros modelos de culturas afrodescendentes.

É necessário ainda, que nos ambientes escolares sejam valorizados os saberes e culturas locais, indígenas e quilombolas, pois, conforme ressaltado por Sousa (2014), estudar os conteúdos étnicos raciais nos ajudará a compreender como nossos antepassados se tornaram o que são hoje, ou seja, facilita a compreensão de nossas origens. No entanto, não é isso o que se observa na realidade das escolas, pois, conforme exposto por Foster (2015) a escola silencia sobre o racismo, até mesmo quando afirma estar falando sobre a questão racial.

Não é difícil se comprovar esse silenciamento, pois, a criança negra é inferiorizada, por exemplo, quando na ornamentação da sala de aula o professor valoriza desenhos de crianças com características europeias, nas aulas de Ensino religioso prioriza uma determinada religião e menospreza as de origem africanas, ou ainda, quando não interfere ao presenciar situações em que a criança recebe inúmeros apelidos pejorativos, aos quais os negros são submetidos tanto dentro da sala de aula quanto nos demais espaços escolares.

Devido as dificuldades até mesmo para que o professor compreenda que suas atitudes configuram-se como racistas e preconceituosas, Foster; Videira e Custódio (2015) sugerem que é melhor começar por indagar quais perspectivas no contexto do currículo apontam para uma abertura, de modo a torná-las mais visíveis e reconhecíveis. Os autores consideram que:

Embora mantenha ligações com um racismo doutrinário que prevaleceu na história por bastante tempo e que, de certa forma, continua presente no imaginário social, o racismo implícito e, às vezes, explícito percebido nas práticas escolares é expresso em atitudes sutis de negação e de rejeição, de indiferença, de hierarquização de saberes e de valores, com a finalidade de inferiorizar os que não se enquadram nos padrões euro-centrados que a escola insiste em perseguir. (FOSTER; VIDEIRA e CUSTÓDIO, 2015, p.335).

Tais atitudes são reflexos de uma cultura predominantemente de inspiração europeia que diminuiu a figura do negro no contexto da formação da sociedade brasileira e que por muitos anos, silenciou frente às atrocidades cometidas contra os africanos que foram trazidos

ao Brasil no período da escravidão e, interferiram de forma decisiva para que ainda hoje tenhamos uma sociedade excludente, racista e preconceituosa.

Conforme argumentado por Sousa (2014), a sociedade reforça ainda mais a ideia de beleza europeia quando enfatiza a superioridade do branco sobre as demais raças, representando-o como o modelo desejável de forma geral na sociedade. Essa concepção é divulgada principalmente pelos meios de comunicação, destacando-se a televisão que leva cotidianamente aos domicílios a imagem do europeu, branco e bem alinhado, frequentemente pertencente a classe média, enquanto a imagem do negro é apresentada de forma contrária a esses ideais de beleza e ascensão social.

Isso resulta em atitudes nada cordiais dos que se consideram superiores por terem a cor da pele mais clara em relação a outros. Por isso, a escola deve exercer seu papel de formadora, para mudar essa concepção distorcida da sociedade para com os negros, indígenas, população ribeirinha e todos os demais grupos historicamente excluídos. Mostrar a forma como os meios de comunicação se manifestam na sociedade e preparar alunos para lidar com esta nova realidade de inserção midiática “sem se deixarem manipular” (SILVA; SANTOS, 2012, p.23).

2 O USO DAS MÍDIAS NO PROCESSO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO RACISMO NA ESCOLA: Revisitando a teoria

As mídias ocupam papel de fundamental importância na vida das pessoas, pois, é com elas que se comunicam, tem acesso a informações em tempo real, anunciam, divertem-se, relacionam-se. Enfim, o homem está em constante contato, seja utilizando celulares, televisão, rádio, internet, *palmtops*, *laptops*, *smartphones* ou outros dispositivos portáteis que lhes são disponibilizados no mercado. Mesmo sendo elementos presentes no cotidiano de todas as pessoas, esses objetos são por muitas vezes esquecidos nos ambientes escolares, ainda que, comprovadamente sejam muito importantes na construção e aquisição do saber, ditando costumes, regras e até atitudes tanto positivas quanto negativas aos indivíduos.

Desse modo, é importante que sejam inseridas de forma efetiva nas escolas, pois com as mídias, o professor tem a oportunidade de explorar inúmeros aspectos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, viabiliza a construção do saber de forma planejada, organizada e possibilita práticas educativas que atendam as especificidades dos educandos. Para isso, no entanto, é importante que considere as práticas culturais, econômicas, éticas e morais da sociedade, buscando relacioná-las direta ou indiretamente com as práticas

cotidianas, como forma de buscar soluções para problemas específicos da comunidade que a rodeia (MORETTO, 2009, p.42).

Desse modo, considerando-se que existem dificuldades para que o professor trabalhe os conteúdos étnicos raciais e o combate ao racismo e preconceito, é necessário identificar possibilidades no próprio contexto escolar, de recursos pedagógicos que possam ser efetivamente utilizados para atender aos objetivos da Lei 10.639/03, de forma que os reflexos dos trabalhos realizados em sala de aula sejam expressivos a tal ponto que as ações dos próprios alunos conduzam a uma sociedade mais igualitária, livre de racismos e preconceitos.

Logo, o uso das novas tecnologias ou das mídias é fundamental no processo de combate ao racismo na escola e consequente efetivação da lei 10.639, porque promove uma interação permanente do usuário com o mundo em tempo real, permitindo, assim, que o conhecimento seja sistematizado para além dos muros da escola (BRASIL, 2008).

Além disso, conforme argumentado por Borges e Borges (2012, p.36), “as mídias formam/produzem opiniões, e não somente informam/ reproduzem (sobre) fatos”. Isso pode ser observado em casos de racismo, por exemplo, pois, ao fazer-se uma análise mais aprofundada acerca da imagem de negros e negras na mídia, conforme exposto pelo autor, “percebe-se que ela é incutida ou ratificada no imaginário social, com grande frequência, como aquele (a) que ocupa o ‘lugar a menos’”, ou seja, de raça inferior, como sempre foi apresentada ao longo dos tempos tanto nos diversos setores sociais quanto na própria história trabalhada nas escolas.

Mesmo assim, se forem utilizadas adequadamente no ambiente educacional, com prévio planejamento e delineamento de objetivos, as mídias, conforme defendido por Alakija (2012) corroboram, contribuem para a construção de uma sociedade onde prevaleça não mais o racismo, mas o reconhecimento da heterogeneidade, do respeito às diferenças e a valorização da pluralidade cultural e diversidade de pensamentos, ideias, opinião e gênero tão presentes na sociedade.

Tendo em vista que à escola, cabe o papel de inserir o educando em todos os aspectos sociais e culturais, desenvolvendo capacidades e competências que o levem tornarem-se seres críticos e participativos na sociedade, Moretto (2009) considera que é dever da escola, selecionar, dentre os saberes socialmente construídos, aqueles que constituem bases no contexto da cultura e dos saberes do grupo social ao qual a escola encontra-se inserida.

Nesse sentido, as mídias configuram-se como recursos fundamentais a serem utilizados pelos professores em sala de aula, salientando-se que não somente no combate ao racismo e preconceito, mas também na construção da identidade, no reconhecimento

identitário, pois conforme argumentado Alakija (2012) a mídia é um agente/ fator fundamental na alteração do comportamento, interferindo inclusive no próprio processo de emergência da identidade.

O uso das mídias enquanto recurso pedagógico justifica-se ainda pelo fato de que nela, a imagem do negro foi sempre diminuída, ridicularizada e menosprezada. Sendo assim, conforme argumentado por Nery e Carneiro (2012) é preciso que essa imagem seja reapresentada, a partir dos mesmos veículos de comunicação que as desqualificaram, de modo que o racismo e o preconceito, sejam desconstruídos de tal forma, que o presente reflita somente o respeito as diferenças e a valorização da cultura, dos conhecimentos e da própria imagem do negro na sociedade.

Cabe, portanto à escola, a função de viabilizar condições para que o professor que atua em sala de aula, desenvolva trabalhos significativos ao aluno, envolvendo a cultura negra e afrodescendente. Onde sejam valorizados os conhecimentos, as culturas e as diferenças, viabilizando ao aluno, condições para que ele tenha acesso a saberes compatíveis com os novos tempos, ainda que seja necessário realizar mudanças nas práticas pedagógicas, pois, conforme é enfatizado por Moretto (2009), aprender é construir significado e ensinar é mediar esta construção.

Nesse sentido, a escola como instituição formadora, deve utilizar ferramentas de ensino que tornem possível o desenvolvimento integral de uma aprendizagem significativa e adequada a capacidade do educando, que potencialize a criticidade e fortaleça a autoestima de modo que, na vida adulta, prevaleçam os valores adquiridos no processo de ensino e aprendizagem. (KENSKI, 2007,p.26).

Contudo, se bem observado no cotidiano escolar, esse discurso pouco se efetiva na prática, ou seja, há um grande distanciamento entre o discurso e a prática da sala de aula. Moretto (2009) aborda essa questão, quando afirma:

[...] o professor em aula fala, fala e fala, e quarenta ou mais indivíduos copiam, copiam e copiam, para depois decorar informações com vistas a uma cobrança que virá em forma de provas individuais, que cada aluno deverá resolver só, sem olhar para os lados, sem falar com ninguém, sem consultar livros e/ou apontamentos. Nessa hora, como diz o dito popular, é “cada um por si e Deus por todos”. E, no entanto, a escola insiste no texto de seu Projeto Político Pedagógico, que está preparando seus alunos para a vida. Que vida, perguntamos nós? (MORETTO,2009, p. 31).

Para se modificar esse cenário, viabilizando a interação e a construção do conhecimento por parte do educando Lévy (2000) considera ser preciso que o professor se

torne “o ponto de referência para orientar seus alunos no processo individualizado de aquisição de conhecimentos e, ao mesmo tempo, ofereça oportunidades para o desenvolvimento de processos de construção coletiva do saber através da aprendizagem cooperativa” (p. 79). Esse posicionamento reforça a ideia de que o professor é o protagonista do processo educativo, devendo sua atuação ocorrer sempre de forma interativa, ou seja, com a participação do aluno num processo dialético e dialógico.

Complementando esse raciocínio, Lévy (2000) acrescenta que, a competência do professor deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento para mudanças de atitudes que levem ao crescimento intelectual e integral do aluno, tornando-o, autônomo e participativo socialmente. Desse modo, considerando-se a influência que as mídias exercem sobre crianças, jovens e adultos na atualidade, é natural que elas sejam inseridas no processo de ensino e aprendizagem, viabilizando ao professor, condições para explorar assuntos diversos em tempo real, para que o aluno tenha condições de compreender com mais facilidade o que está sendo ensinado.

Paro (1996) segue o mesmo raciocínio ao considerar que uma escola comprometida com a transformação social precisa lançar mão de princípios, métodos e técnicas adequados à especificidade dos seus objetivos e do processo pedagógico escolar. Dessa forma, considerando-se a importância de se trabalhar os conteúdos étnicos raciais de forma significativa, resultando em mudanças de atitudes do aluno tanto na escola quanto nos mais variados grupos sociais nos quais convive, as mídias devem ser inseridas e utilizadas como recursos pedagógicos pelos professores em sala de aula.

Salienta-se, porém, que inserir as mídias na educação, especificamente nos conteúdos étnicos raciais de matrizes africanas, exige uma postura atitudinal do professor tanto em relação aos conhecimentos que precisa adquirir e dominar para utilizar tais recursos, quanto para reconhecer as diferenciadas manifestações de racismo, preconceito e discriminação que ainda persistem na sociedade, pois, são esses conhecimentos que lhe permitirão elaborar estratégias que atendam às propostas da Lei 10.639/03 tornando o ensino significativo aos alunos.

Por isso a necessidade de se promover formações que possibilitem ao professor que atua em sala de aula, utilizar novos recursos, novas tecnologias que transmitam, além das informações vinculadas no dia a dia, uma nova concepção de valores à serem difundidos e incorporados pela sociedade (RAMOS; FILHO, 2012, p.17).

3. METODOLOGIA

3.1 Caminhos da pesquisa

A metodologia prevista e utilizada na pesquisa que ensejou este artigo foi a colaborativa e reflexiva que, de acordo com Magalhães e Liberali (2011) abre espaço para o autoconhecimento e novas produções, assim como proporciona o empoderamento, a criticidade, mudanças de pensamentos e ações em relação as diferenças, baseando-se em experiências sócio históricas acadêmicas e políticas.

Desse modo, as ações foram organizadas e decorreram da seguinte forma: no primeiro momento, com o objetivo de conhecer o que pensam os professores sobre o uso das mídias no combate ao racismo, aplicou-se um questionário contendo 03 (três) questões abertas à 06 (seis) professores que atuam com turmas dos 4º e 5º anos em uma escola da rede municipal de ensino de Macapá, os quais especificaram suas opiniões, tanto sobre o uso das mídias na efetivação da Lei 10.639/03, quanto sobre as possibilidades de uso pedagógico desses recursos no tratamento da temática em discussão.

Utilizou-se a análise dos conteúdos para se chegar aos resultados, pois, conforme referendado por Bardin (2009) essa metodologia objetiva a busca ou atribuição, de um ou de vários sentidos à um documento.

No segundo momento, após as análises das respostas dos professores sobre o uso das mídias no combate ao racismo e ao preconceito na escola, ocorreu a socialização e construção do conhecimento, o que foi feito em 02 grupos de estudo que objetivaram a reflexão acerca do uso dos recursos, e resultaram na construção de propostas elaboradas pelos próprios, para serem posteriormente desenvolvidas, no primeiro momento somente pelo grupo participante da pesquisa, nos trabalhos em sala de aula.

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, tendo em vista que propôs uma reflexão sobre os fazeres pedagógicos e, a partir da própria realidade, construiu-se novos conhecimentos que podem ser aplicados à prática cotidiana, no combate ao racismo e preconceito.

3.2 **Resultados e discussão:** O uso pedagógico das mídias na prevenção e combate ao racismo na escola

Os negros são interessantes para serem mostrados como iguais para o exterior, “para inglês ver” (OLIVEIRA; KATRIB, 2012).

A afirmação de Oliveira e Katrib (2012) reflete de forma bem clara, o papel que as mídias têm na divulgação da figura do negro para a sociedade, ou seja, buscando não demonstrar ao mundo, a inferioridade e marginalização de que ainda são vítimas, e que ainda é difundido, por exemplo, quando se percebe a imposição de apelos sexuais do corpo da mulher negra, presentes principalmente nas propagandas, ou na diminuição do negro, nos personagens apresentados em séries e telenovelas, aparecendo com frequência, exercendo funções subalternas e de pouco prestígio social.

Considerando-se que a mídia representa privilegiadamente um “estado de opinião”, e que as questões étnico raciais precisam ser trabalhadas de acordo com o previsto na Lei 10.639/2003, considera-se que ela pode ser utilizada como recurso pedagógico para a efetivação da referida lei na escola. No entanto, uma vez que são os professores que desenvolvem os trabalhos com os alunos em sala de aula, foi importante ouvir a opinião deles sobre a proposta, assim como sobre as dificuldades que podem inviabilizar o uso desses recursos e quais mídias eles consideram viáveis de serem utilizadas em sala de aula.

Desse modo, com o objetivo de averiguar o que os professores ponderaram em relação ao uso das mídias enquanto recursos pedagógicos no combate ao racismo na escola, perguntou-se se eles consideram essa, uma prática viável. Nesse caso, dois (02) profissionais responderam: “Não” e “Não considero viável devido o contexto escolar” e os demais somente afirmaram que “sim”. Os que negativaram a questão provavelmente não têm domínio das tecnologias, o que inviabiliza o uso enquanto recurso pedagógico, tendo em vista que para isso, é exigido planejamento, objetivos e metodologia dos trabalhos a serem desenvolvidos. Além disso, conforme argumentado por Cardoso (2015) é necessário que as atividades sejam amplamente divulgadas para toda a comunidade escolar, pois, caso seja feito como uma ação isolada pode causar impactos negativos e não alcançar os objetivos pretendidos.

Sabe-se, porém, que o contexto educacional de nossas escolas muitas vezes inviabilizam trabalhos diferenciados. Desse modo, considerando que são os professores os conhecedores da realidade da sala de aula, solicitou-se a eles que listassem as dificuldades mais frequentes para usar as mídias no combate ao racismo e preconceito na escola, os profissionais referendaram: “local inadequado”, “muitos alunos em sala de aula” e “falta de conhecimentos para manusear determinadas mídias”.

Os locais considerados como inadequados pelos professores para o uso das mídias enquanto recurso pedagógico no combate ao racismo, não são visualizados dessa forma pela pesquisadora, que fazendo parte da equipe que acompanha todo o processo do Ensino Fundamental, sabe que, das 40 escolas da rede na zona urbana, 38 possuem laboratório de

informática em pleno funcionamento, equipados com recursos tecnológicos de última geração, como a lousa digital, por exemplo, e 15 dessas escolas dispõem ainda de sala de TV escola, além de outros ambientes que podem ser usados pelos professores além da sala de aula.

Com relação a quantidade de alunos por sala de aula, considera-se sim como entrave para o uso das mídias no combate ao racismo, tendo em vista que nos anos que compõem o I ciclo do Ensino Fundamental do município de Macapá, por exemplo, as turmas são compostas por 35 alunos em média, o Plano Municipal de Educação –PME (MACAPÁ, 2014), prevê um quantitativo de 25 para a oferta de um ensino de qualidade. Esses dados são acompanhados pela pesquisadora, que atua tanto com matrículas no município, quanto com rendimento escolar da rede.

No que tange a falta de conhecimento para utilizar as mídias, não se justifica, pois, desde o início da década de 2000, o Ministério da Educação oferta com frequência, cursos de formação continuada aos professores que têm como objetivo capacitá-los para utilizar as mídias na educação, dentre os quais destaca-se o PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional), Mídias na Educação, Tecnologias Educacionais, UCA-Um Computador por Aluno, e o mais novo PNAIC (Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa) que objetiva alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano a partir de novas metodologias de ensino que incluem também as mídias enquanto recursos pedagógicos.

No entanto, é comum o professor matricular-se e, por inúmeros fatores, abandonar o curso, conforme observado na primeira oferta do curso Mídias na Educação, por exemplo, do qual a pesquisadora fez parte (MEC-UNIFAP, 2010), onde, de 250 professores matriculados, menos de 50 profissionais concluíram. Outro exemplo, as formações do PNAIC, no qual os cursistas recebem uma bolsa de incentivo do MEC no valor de R\$ 200,00 (duzentos Reais) e que no ano de 2016, sob a coordenação da pesquisadora, somente o município de Macapá inscreveu 700 (setecentos) profissionais. Destes, somente 456 concluíram, ou seja, o equivalente a 65%. Para o ano de 2017, tendo sido anunciado pelo MEC que não haverá mais a bolsa de incentivo, o número de interessados caiu para menos de 200 inscritos.

Fernandes, Freire e Filho (2014), consideram que um dos motivos que levam os profissionais a não participar das formações é o acúmulo de atividades, que os deixam com pouco tempo livre para aprender. Os autores argumentam que, em decorrência do trabalho exaustivo do dia a dia, os professores sentem-se tão sobrecarregados, que acabam por compreender o uso do computador, por exemplo, como mais uma atividade a ser realizada em

seu dia-a-dia tão ocupado, mas que não produz resultados significativos ao processo de ensino e aprendizagem.

Isso é preocupante, porque, conforme referendado por Moretto (2009), a formação do professor deve permitir-lhe desenvolver uma ampla visão de mundo e a compreensão do estudante enquanto sujeito aprendente. Desse modo, considerando-se a força que os meios de comunicação exercem na sociedade, é inegável a importância de inseri-los no processo educacional como forma de prevenção e combate ao preconceito e racismo presentes não somente no ambiente escolar, mas em todos os setores sociais.

Sabe-se que são muitas as mídias existentes, mas que algumas são utilizadas com mais frequência nas escolas, por isso, considerou-se importante verificar junto aos participantes da pesquisa, quais eles consideram que podem ser usadas como recursos pedagógicos no combate ao racismo na escola. Nesse caso, eles listaram: “computador”, “lousa digital”, “celular” e “televisão”.

Salienta-se, porém, que ao nos referirmos as mídias, inclui-se as mais diferenciadas, e não somente as lousas digitais, celulares, televisão e computadores referendados pelos professores participantes da pesquisa. Nesse caso insere-se o rádio, Tv, internet, revistas, jornal, celulares, computadores, redes sociais entre muitas outras. A importância de usar esses instrumentos no processo de ensino e aprendizagem, na prevenção e combate ao racismo justifica-se pelo fato de que, conforme argumentado por Sá e Moraes (2015) a atual conjuntura em que se vive exige que se busque outras formas de informações e, além disso, a escola não se constitui como único espaço de aprendizagem.

Logo, é preciso que no processo de ensino e aprendizagem, o professor utilize metodologias e recursos que chamem a atenção do aluno e torne o ensino significativo. Que a aprendizagem seja prazerosa e, principalmente, que a realidade do educando seja considerada no desenvolvimento das aulas, para que todos possam participar independente das diferenças existentes no contexto da sala de aula, pois, conforme argumentado por Moreira e Candau (2008, p.16) “as questões culturais não podem ser ignoradas pelos educadores e educadoras, sob o risco de que a escola cada vez se distancie mais do universo das mentalidades e das inquietudes das crianças e jovens de hoje”.

3.3 Reflexão e reconstrução de conhecimentos

A segunda fase da pesquisa ocorreu com estudos em grupo, que foram muito importantes porque, professores e pesquisadora tiveram a oportunidade de problematizar,

explicitar e modificar a compreensão de suas práticas, conforme proposto por Magalhães e Liberalli (2011). No ato, solicitou-se aos professores, que listassem todas as mídias que são atualmente disponibilizadas na escola. Obteve-se como resultado: projetor, retroprojetor, vídeo e televisão, computador, lousa digital, microfone e caixas de som. Essas são as mídias referendadas por Soares (2015) como as que têm mudado e modernizado a realidade educacional, mas que ainda são pouco utilizadas com pouca ou nenhuma efetividade pelos professores.

Uma vez feita essa identificação, refletiu-se sobre outros possíveis recursos tecnológicos que são utilizados por eles diariamente, mas que não são vistos como tais: nesse momento os professores fizeram referencia aos livros, internet, mas continuavam meio receosos sobre o que podiam considerar como sendo recursos tecnológicos, foi então que, utilizando o recurso da lousa digital, apresentou-se um vídeo, integrante do material do curso de especialização em Mídias na Educação (BRASIL, 2008), no qual é feito uma reflexão sobre as inúmeras tecnologias existentes na escola. Em seguida os professores foram convidados a listar as mídias que são disponibilizadas para uso cotidiano em sala de aula pela escola. Os professores fizeram referencia à objetos que vão desde o caderno e o lápis utilizados pelos alunos, até a maior inovação existente naquele ambiente, que é lousa digital.

Diante desse resultado, os professores foram convidados a refletir sobre o uso que fazem dessas tecnologias no dia a dia em sala de aula. Para isso, foi utilizada uma ficha diagnóstica, na qual estavam listadas três categorias de tecnologias existentes na escola, divididas por colunas, as de uso do professor, de uso do aluno e as de uso da escola. Nessas, os professores deveriam indicar a periodicidade com que as utilizavam em sala de aula, se diariamente, semanalmente, mensalmente, bimestralmente ou nunca utilizada.

Os próprios professores ficaram surpresos com o resultado, pois nem mesmo a lousa digital referendada pela maioria, no ato de responder ao questionário, era utilizada por eles com frequência diária ou semanal, ou seja, esse recurso fica esquecido como tantos outros na escola. Esse momento foi muito importante à pesquisa porque, conforme referendado por Liberalli (2010) permitiu aos professores, fazer uma reflexão crítica sobre suas práticas, levando-os ainda, à uma tomada de consciência e ao desenvolvimento de pensamento crítico em relação ao uso que fazem das mídias no processo de ensino e aprendizagem.

No ato, o espaço foi aberto para que todos pudessem expor os motivos pelos quais os recursos tecnológicos estavam sendo deixados de lado pelos professores. Várias foram as explicações, tais como:

“muitos assuntos para trabalhar, não havia tempo para fazer um planejamento para envolver as novas tecnologias”.

“muitos alunos nas turmas fica inviável um trabalho diferenciado”.

“professores sem capacitação para usar os recursos”.

“Não há ambiente adequado ao uso”. (Depoimento dos professores).

Os problemas identificados no diagnóstico realizado foram referendados novamente pelos professores o que demonstra a necessidade de que sejam elaboradas estratégias que viabilizem o uso dos recursos pedagógicos existentes na escola. Essa necessidade advém da constatação efetuada também por Fernandes, Freire e Filho (2014), de que os maiores desafios para incorporar as mídias no processo educacional, é o planejamento, tendo em vista que ele exige dos professores maior disponibilidade de tempo, o que devido à sobrecarga de trabalho do profissional, acaba por inviabilizar atividades que contemplem tais recursos.

No segundo encontro, as discussões foram voltadas as dificuldades enfrentadas pelos professores para a efetivação da Lei 10.639/03. Solicitou-se que listassem as dificuldades que encontram para trabalhar questões étnico-raciais. Nesse momento, o que mais prevaleceu foi a falta de material didático pedagógico e desconhecimento de formas de abordagens. Esse resultado corrobora com os resultados identificados por Foster; Videira e Custódio (2015) quando confirmaram em pesquisa, que as dificuldades dos professores alegam encontrar na efetivação do ensino de conteúdos étnicos raciais nas escolas encontra-se na produção de material.

Nos relatos ficou evidente ainda, o receio dos professores em trabalhar conteúdos étnico-raciais, principalmente em decorrência de fatores religiosos relacionados tanto à crença pessoal quanto a dos pais e alunos. Isso demonstra a necessidade de que os professores busquem formações que além de habilitá-los a trabalhar as questões raciais em sala de aula, mude também as concepções distorcidas que tem acerca da cultura negra, para que possam respeitar as diferenças sem preconceitos ou discriminações, pois, conforme argumentado por Videira (2009, p.250), “estas condições materiais e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidades dos descendentes de africanos”.

As discussões foram bem acirradas, mas buscou-se primeiramente ouvir os professores, deixando-os livres para discutirem entre si e, após, entrevistou-se, esclarecendo os principais pontos abordados por eles, utilizando como base a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei 10.639/03. Certamente que os argumentos utilizados não convenceram totalmente aos contrários a inserção de questões étnico racial no processo

de ensino e aprendizagem, mas fez com que refletissem sobre o fato de que são professores e precisam atender, no desenvolvimento das aulas, o que preveem as leis educacionais.

Por fim, teve-se a fase de reconstrução do conhecimento, nessa, solicitou-se aos professores que apresentassem propostas para trabalhar os conteúdos étnicos raciais utilizando as mídias. Para isso, entregou-se a cada participante, um modelo de projeto no qual deveriam indicar o assunto, objetivo, metodologia e mídia utilizada.

Os professores foram informados que todos deveriam apresentar as propostas e, dentre elas, duas seriam selecionadas para serem elaboradas em conjunto com o objetivo de serem desenvolvidas na escola no ano de 2017, pois o ano letivo de 2016 já se encontrava em conclusão no ato da pesquisa. Desse modo, solicitou-se que cada profissional apresentasse seu projeto aos demais, pois assim todos podiam conhecer as propostas e selecionar as mais viáveis a serem trabalhadas. Esse momento foi importante porque, conforme proposto na prática colaborativa reflexiva (MAGALHÃES; LIBERALLI, 2011) os professores tiveram a oportunidade de construir novos conhecimentos para integrar as mídias na prática pedagógica cotidiana.

Verificou-se uma característica predominante entre as propostas apresentadas pelos professores, todos propunham em seus planos, o uso da sequência didática⁴, utilizada no PACTO Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Esse foi um ponto observado que se considera muito positivo ao desenvolvimento das ações, pois, ao usar a sequência didática o professor tem mais facilidade para planejar e desenvolver as etapas, inserindo recursos diferenciados em situações diversas de ensino e aprendizagem.

Nas propostas apresentadas predominou o uso da lousa digital, mas um profissional sugeriu como recurso o jornal, dois a televisão e vídeos e um escolheu a rádio. Uma vez todos apresentando suas propostas, abriu-se espaço para as discussões acerca de cada uma, verificando-se a viabilidade, se os recursos condiziam com as metodologias propostas. Conforme Liberalli (2010) a construção do conhecimento colaborativo, ocorre quando duas ou mais pessoas aprendem ou tentam aprender algo juntas. Por isso foi necessário que todos os participantes analisassem as propostas apresentadas, sugerindo mudanças nos aspectos que considerassem necessários.

Foram selecionados pelos professores como propostas para serem utilizadas no ano de 2017 os projetos denominados de “Nas ondas do rádio combate-se o preconceito” e “jornal das diferenças”. O primeiro propôs que, o horário do intervalo de todos os turnos, seja

4 consiste em um procedimento de ensino, em que um conteúdo específico é focalizado em passos ou etapas encadeadas, tornando mais eficiente o processo de aprendizagem (BRASIL, 2014).

apresentado um programa para tocar músicas de marabaixo e batuque. Isso porque, no bairro onde a escola encontra-se localizada há um grande predomínio de pessoas negras. Sendo assim, os professores pensaram na valorização da cultura local que os representam. Durante a apresentação do programa, os professores enfatizam a importância do respeito às diferenças, que ninguém é melhor que o outro porque tem determinada crença religiosa ou porque a pele é mais clara ou mais escura, além de outros tipos de racismo ou preconceito. A programação proposta será veiculada por cinco (5) pequenas caixas acústicas a serem alocadas: uma na entrada da escola, uma em cada um dos corredores e duas na área do refeitório. Um *microsystem* e microfone utilizados para a transmissão da programação, fone de ouvido para provê o retorno de som para a pessoa que está no comando do som, celulares para gravar entrevistas e demais atividades externas a sala de transmissão e uma mesa de som e potência na qual são serão conectados o *microsystem*, o microfone, os fones de ouvido, o rádio-gravador, sendo dessa mesa que sai a fiação para as caixas de som espalhadas pela escola.

Notou-se muito entusiasmo dos professores para a implantação da proposta. Esse é um resultado muito positivo, pois, conforme referendado por Moran (2000) o uso das mídias na educação é uma prática muito importante a professores inquietos, aos que estão atentos a novidades, que desejam atualizar-se, comunicar-se.

Quanto ao jornal, a proposta foi sugerida por uma profissional formada em Licenciatura Plena em Letras, a qual propôs o trabalho com os gêneros textuais envolvendo a sequência didática e os gêneros poema, artigo de opinião, entrevista e memórias. Nesses, os temas devem explorar com destaque a cultura negra nacional, regional e local, com o objetivo de instigar os alunos à pesquisa e a terem um outro olhar sobre a figura do negro na história do Brasil, no Amapá e na comunidade onde a escola está inserida. A proposta foi aceita pelos professores, que delimitaram que os alunos serão os redatores dos jornais, contando com o auxílio dos professores para isso.

Ficou delimitado que o jornal seja publicado bimestralmente na escola, sendo que devido aos gastos, ele terá uma tiragem a ser impressa na própria escola, de 22 exemplares a serem disponibilizados um exemplar a cada uma das turmas da escola para que todos os professores e alunos tenham acesso às informações nele contidas e um exemplar em formato grande deve ser exposto na área do refeitório.

Essa é uma proposta viável para ser desenvolvida na escola, tendo em vista que não requer grandes custos e ainda, conforme argumentado por Foster, Videira e Custódio (2015) irá dar voz aos estudantes, permitindo a valorização de suas culturas, reafirmando a escola como um espaço de construção de sujeitos, coletivos e individuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, confirma-se a hipótese de que os professores encontram dificuldades para trabalhar os conteúdos étnicos raciais na escola pesquisada. No entanto, os estudos realizados em grupo permitiram aos profissionais, a compreensão de que é possível utilizar as mídias enquanto recursos pedagógicos na prevenção e combate ao racismo e preconceito, a partir da realidade do aluno, envolvendo-o no processo educacional.

Salienta-se, porém, que algumas dificuldades foram consideradas pelos profissionais, como entraves que inviabilizam a inserção das mídias enquanto recursos pedagógicos, tais como: falta de tempo para planejar, quantitativo elevado de alunos em sala de aula, falta de capacitação dos professores para utilizar as mídias e de local adequado ao uso das tecnologias.

Com relação aos entraves para trabalhar os conteúdos étnicos raciais, encontra-se a dificuldade que os professores têm para identificar e reconhecer atitudes racistas e preconceituosas em sala de aula, o que os levam a não agir perante tais casos e, por esse desconhecimento, podem até mesmo ser atores de ações e atitudes racistas com alunos e com os próprios colegas de trabalho, como no caso presenciado em um seminário que versava sobre políticas raciais, no ato da aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Macapá, no qual a pesquisadora fazia parte da comissão de elaboração, quando uma professora afirmou, perante mais de seiscentos (600) profissionais da educação, que não iria “ensinar práticas de macumba e candomblé aos meus alunos porque minha religião não permite”.

Esses são apenas alguns dos problemas enfrentados pelos professores para efetivar a Lei 10.639/03 em sala de aula. No entanto, os estudos possibilitaram a esses profissionais, fazer uma reflexão sobre a prática pedagógica e construir novos conhecimentos para integrar as mídias na prática pedagógica cotidiana. Os momentos de estudo permitiram que eles contextualizassem conhecimentos, aplicando na prática, metodologias de políticas educacionais desenvolvidas nas escolas, tais como: Olimpíada de Língua Portuguesa e PACTO Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, que ambos apresentam propostas de trabalho envolvendo a sequência didática, que permite ao professor mais flexibilidade para planejar e desenvolver as etapas, inserindo recursos diferenciados em situações diversas de ensino e aprendizagem.

A elaboração do projeto “Nas ondas do rádio combate-se o preconceito” e do “jornal das diferenças”, pelos professores, demonstra que eles compreenderam que é possível utilizar

as mídias na prevenção e no combate ao racismo e o conhecimento adquirido refletiu-se no entusiasmo observado quando os profissionais apresentavam as propostas e melhoravam-nas, na socialização em grupo.

Por isso, propõe-se estender o projeto de formação à outras escolas e até à rede estadual de ensino, tendo em vista que em todos os níveis de ensino são observadas dificuldades e entraves para a efetivação dos trabalhos com conteúdos étnicos raciais. Conforme se observou, a proposta de trabalho é viável, pois não depende de grandes custos para o desenvolvimento, sendo que os resultados podem refletir-se em importantes mudanças sociais relacionadas a prevenção e combate ao preconceito e racismo na escola.

REFERÊNCIAS

ALAKIJA, Ana. Mídia e identidade negra. In BORGES, Roberto Borges. BORGES, Rosane. (Orgs.). **MÍDIA E RACISMO**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates Coordenação: Tânia Mara Pedroso Müller. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BORGES, Roberto Borges. BORGES, Rosane (Orgs.). **MÍDIA E RACISMO**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates Coordenação: Tânia Mara Pedroso Müller. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

BRASIL, **Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____, Ministério da Educação e Cultura. **EPROINFO Educação na Sociedade da Informação. Sociedade da Informação do Brasil (livro verde)**. Cap. 4, 2008. Disponível em http://www.sbc.org.br/p_d/cap04.pdf. Acesso: Dez. 2016.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.1988.

CARDOSO, Stefania da Silva. O Papel da Mídia Cidadã no Combate ao Racismo. In: **X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã**. UNESP | FAAC | Bauru-SP | 22-24 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT6/DT6-8.pdf>. Acesso: Dez.2016.

CAVALLERO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo negro, 2001.

FERNADES, Alisandra Cavalcante. FREIRE, Raquel Santiago. FILHO, José Aires Castro. **Tecnologia na Escola: Um modelo de Implementação a partir da Formação de Professores**. Grupo de Pesquisa e Produção de Ambientes Interativos e Objetos de Aprendizagem –

Proativa. Instituto UFC Virtual, Universidade Federal do Ceará. Campus do Pici, 2014. Disponível em: <http://www2.virtual.ufc.br/proativa/publicacoes/artigos/6998cb66d50ab32e3c4f41bd4ac64853.pdf>. Acesso: Mar.2017.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. **Garimpando pistas para desmontar racismos e potencializar movimentos instituintes na escola**. Curitiba: Appris, 2015.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. VIDEIRA, Piedade Lino. CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Contribuições da narrativa ficcional na superação do racismo e na implementação da lei nº 10.639/2003 nos currículos. In: / HARTMANN, Luciana. (Org.). **Narrativas orais infantis: GT de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística – ANPOLL**. Londrina, v. 20, jul./dez., 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Lisboa: Instituto Piaget.2000.

LIBERALI, Fernanda. Formação de Professores de Línguas: Rumos para uma sociedade crítica e sustentável. IN: GIMENEZ, Telma; MONTEIRO, Manuel da Conceição Graça. **Formação de Professores de Línguas na América Latina e Transformação Social**. Pontes, 2010, p.71-91.

KENSKI, Vani Moreira **Educação e tecnologias o novo ritmo da informação**. Campinas, SP: Papirus.2007.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Projeto de Lei Nº 2.178/2015-PMM**. Macapá - Ap. 2014.

MAGALHÃES, Maria Cecília. LIBERALI, Fernanda. A formação crítico-colaborativa de educadores: a "vida que se vive" - uma complexa escolha metodológica. In: BALDI, Elena Mabel Brutten; PIRES, Gabriel Natan; SALONILDE, MARIA. Salonilde. **Políticas educacionais e práticas educativas**. Natal: EDUFRN, 2011.

MORAN, José Manuel. Os novos espaços de atuação do educador com as tecnologias. In J. P. Romanowski et al. (Orgs). **Conhecimento local e conhecimento universal: Diversidade, mídias e tecnologias na educação**. vol 2, Curitiba: Champagnat, 2000. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/espacos.htm>. Acesso: Nov.2016.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ-Vozes, 2008.

MORETTO, Vasco Pacheco. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Lamparina. 2009.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, nº 68, p. 46 57, dez./fev. 2005-2006. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengelemunanga.pdf>. Acesso: Mai.2017.

NERY , Raoni Oscar Nery. CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. O “negro” na mídia televisiva: Uma análise da representação do negro no mundo da televisão. In: FILHO,

Guimes Rodrigues. OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. -- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

OLIVEIRA, Leonardo Silva. KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. A Imagem do Negro na Mídia Brasileira: Descortinando olhares. In: FILHO, Guimes Rodrigues. OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. -- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. 3.^a ed. Petrópolis: Vozes.1996.

RAMOS, Ludma Lillyan Vieira Ramos. FILHO, Guimes Rodrigues. Mídia e Preconceito em Propagandas: Um panorama sobre a propagação de estereótipos e discriminação contra negros (as) pelos meios de comunicação. In: FILHO, Guimes Rodrigues. OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. -- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

SÁ, Jussara Bittencourt de. MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. **Mídia e Educação: reflexões, relatos e atuações**. 2015. Disponível em: http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/artigos/mdia_e_educacao_jussara_bittencourt_de_s_revista_querubim.pdf. Acesso: Jan. 2017.

SILVA, Gabrielle Carolina. SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. A representação midiática dos “piratas” da somália pela revista Veja. In: FILHO, Guimes Rodrigues. OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. NASCIMENTO, João Gabriel do. **Formação inicial, história e cultura africana e afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003**. 1. ed. -- Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops, 2012.

SILVA, Denise. Almeida. **“Para gostar de ser”**: literatura negra, racismo e autoestima. Signo. Santa Cruz do Sul, v. 41, n. nesp, p. 88-94, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///D:/Downloads/7330-32124-2-PB.pdf>. Acesso: Ago.2016.

SOARES, Josefa Maria Paixão. **MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**: a utilização dos objetos de aprendizagem na escola estadual de educação BÁSICA Prof. Pedro De França Reis - avanços e dificuldades. V EPEAL.2015. Disponível em: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/MIDIAS-NA-EDUCACAO---A-UTILIZACAO-DOS-OBJETOS-DE-APRENDIZAGEM-NA-ESCOLA-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-BASI.pdf>. Acesso: Mar.2017.

SOUSA, Ivaldo da Silva. **As relações étnico-raciais em sala de aula**: preconceito invisível, porém concreto. Pará de Minas, MG: Editora virtualBooks,2014.

VIDEIRA, Piedade. Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: Significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.